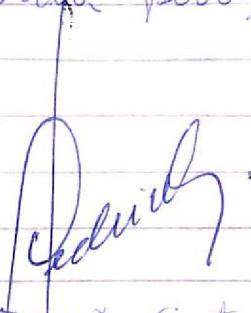




grande parte dos casos graves em Sinop. Pedreiros disse que o governo federal tem grande culpa em todos os problemas sociais pois na questão da ação básica e da verba para gastos sociais dezenove milhões de reais que o INCRA de Mato Grosso deveria receber para repassar só recebeu sete milhões sem perspectivas para liberar mais. Abaixo também que os governos federal e Estadual estavam brincando com a saúde e que em nosso município já estava vivendo um caos nessa área. Com a palavra o senhor Presidente agradeceu a proteção Divina e deu por encerrada a sessão, quando a presente ata lareada e se for aprovada conforme irá assinado pelo senhor Presidente. Primeiro secretário.

Ata da primeira sessão extraordinária da Câmara Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso.

As dez horas e trinta minutos do dia vinte e nove de junho de mil novecentos e noventa e nove reuniram-se os senhores vereadores, exceto o Vereador Timmo Novarro, para a realização da primeira sessão extraordinária do ano em curso. Invocando a proteção Divina o senhor Presidente solicitou de imediato a leitura da ata da sessão extraordinária anterior. Em discussão nada havendo em votação, foi aprovada. A seguir o senhor Presidente solicitou que o Vereador Primeiro secretário fizesse a apresentação das matérias para ordem do dia. Anteriormente o Vereador,



Redrinho solicitou dispensa da leitura dos pareceres bem como solicitou dispensa de interstício regimental para todas matérias incluídas na pauta, pedidos estes acatados pelo prefeito. Isto contínuo foi feito a apresentação do projeto de lei sete, barra, noventa e nove de autoria do Poder Executivo e do Decreto, barra, noventa e nove de autoria da Comissão Mista. Em discussão o parecer, nada havendo, em votação, foi aprovado. Em discussão o projeto, nada havendo. Em votação, foi aprovado em primeira e única votação. Em seguida foi apresentado o projeto de lei oito, barra, noventa e nove de autoria do Poder Executivo. Os pareceres doze, barra, noventa e nove de autoria da Comissão de Justiça e Redação e cinco, barra, noventa e nove de autoria da Comissão de Finanças e Orçamentos. O emenda aditiva quatro, barra, noventa e nove de autoria de Vereadores. Em discussão os pareceres, nada havendo. Em votação foram operados assim como a emenda aditiva. Em discussão o projeto Parcoal da Cerâmica colocou que quem fosse o beneficiado pelo município com esse projeto que repassasse algo de sua produção para uso do município. Redrinho esclareceu via interador que não estava incluso no projeto, mas no contrato que a prefeitura faria como beneficiado, esses itens estariam incluídos. Bajano Filho disse também que esse contrato quando se findasse seria necessário uma nova licitação para saber quem seria o novo beneficiário e ele também de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PINTO

veria aceitar as cláusulas do contrato com a propriedade. Em votação o projeto foi aprovado em primeira e única votação. Havia após a votação a apresentação do projeto de lei dez, barra, noventa e nove de autoria do Poder Executivo. As pareceres trase, barra, noventa e nove de autoria da Comissão de justiça e Redação e seis, barra, noventa e nove de autoria da Comissão de Finanças e Fazimentos. Em discussão os pareceres, nada havendo. Em votação, foram aprovados. Em discussão o projeto, nada havendo. Em primeira e única votação, foi aprovado. A seguir foi apresentado o projeto de lei onze, barra, noventa e nove de autoria do Poder Executivo. Os pareceres quatorze, barra, noventa e nove de autoria da Comissão de justiça e Redação e seis, barra, noventa e nove de autoria da Comissão de Finanças e Fazimentos. A emenda supressiva dois, barra, noventa e nove, a emenda substitutiva dois, barra, noventa e nove, e as emendas colitivas dois, e três, barra, noventa e nove todas de autoria dos vereadores. Em discussão os pareceres nada havendo. Em votação, foram aprovados. Em discussão as emendas, nada havendo. Em votação, foram aprovadas. Em discussão o projeto, Baiano Filho disse que foi por luta do Poder legislativo suspender que o Poder Executivo não esse projeto para especiação dos nobres edis para atender o pedido da população que gostaria de acertar suas pendências com o município, mas precisavam de parcelamento de suas dívidas, e que iria acontecer com a aprovação desse projeto. Dalton Martini esclareceu que após algumas alterações tam-



bém as dívidas em execução poderiam ser parceladas e com assessorias dos advogados mais baixos. Elpidio Moretti sugeriu que fosse implantado dentro da prefeitura um caixa de banco oficial para ficar a intira disposição dos interessados em quitarem suas dívidas. Aparteando Milton Tiguereó, foi a favor do pedido do Vereador Elpidio Moretti e disse que era totalmente viável sua sugestão. Aparteando Dalton Martini disse quem da impedia que no momento da contratação entre a prefeitura e o banco houvesse essa sugestão digo, esse entendimento. Elpidio Moretti disse que se essa sugestão fosse colocada no projeto e aprovada tornaria por obrigatoriedade o banco a cumprí-la. Aparteando Dalton Martini disse que temia que se colocando tal sugestão em lei, isso poderia influir nas regras do Banco. Elpidio Moretti colocou que em vários locais isso acontecia e não via problema de acontecer em Sinop. Aparteando Cleuzo Maravini sugeriu também que se fosse não possível a implantação de um caixa dentro da Prefeitura então, que ao menos em período dessas cobranças que se ficassem um caixa dentro do próprio banco exclusivo para esses atendimentos. Elpidio Moretti disse que continuava com sua sugestão e gostaria da compreensão e aceitação dos demais companheiros. Dalton Martini disse que não concordava com a colocação desse caixa dentro da prefeitura apesar de concordar com a preocupação do Vereador Elpi-



Elpidio Moretti. Apesarando Redinho disse que havia necessidade de se colocar isso como tema da, mas que esse fosse levado aos conhecimentos do senhor Prefeito e que ele exigisse da instituição financeira uma maior atenção para os usuários dos serviços repassados pelo Prefeito. Apesarando Elpidio disse que esse caixa dentro da prefeitura poderia ser usado de maneiras mais eficientes. Apesarando Cascoal da Cerâmica disse que um caixa eletrônico dentro da Prefeitura só seria em grande parte esse problema. Dalton Martini disse que teria essa preocupação no senhor Prefeito e que com certeza ele tentaria sanar esse problema. Pedro Mendes concordou com os demais Vereadores e disse que já que não se daria para interromper a tramitação do projeto para lidar com o Poder Executivo e os bancos esses problemas que se discasse em alveto ao Poder Executivo para fazer tais negociações. Baiano Filho disse que entendia a preocupação de Vereador Elpidio Moretti e que a Prefeitura Municipal encontrasse e usasse meios mais modernos para pagamento e colançá-los as contas. Vereador Elpidio Moretti disse que queria tirar sua emenda para que houvesse uma posterior negociação com o Poder Executivo, mas discordava da sua preocupação com o contribuinte. Em votação o projeto foi aprovado em primeira e única votação. Uma palavra o senhor Presidente aguardou a presença de todos em plenário e a proteção Divina e deu por encerrada a presente sessão. Sendo a presidente



larrada e se for achada conforme irá
assimada pelo senhor Presidente e Primei-
ro Secretário.

Adilson, *Ronaldo*

Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Cam-
ara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Cis dez horas e vinte minutos do dia quator-
ze de julho de mil novecentos e noventa
e nove reuniram-se os senhores Vereadores na
sala das sessões, com exceção dos Vereadores Fir-
mino Navarro e Lascial da Cerâmica, para
a realização da Segunda Sessão Extraordi-
nária do ano em curso. Com a palavra
o senhor Presidente solicitou de imediato a
leitura da ata da sessão extraordiná-
ria anterior. Em discussão a ata, nada
havendo. Em votação, foi aprovada. A seguir
com a ausência do Vereador Primeiro Secre-
tário o senhor Presidente solicitou ao Vereador
Primeiro Vice-Presidente que fizesse a apres-
tação das matérias para ordem do dia, foi
apresentado o Veto Parcial ao projeto de lei on-
ze, barra, noventa e nove de autoria do Poder
Executivo e o Parecer quinze, barra, nove-
ta e nove de autoria da Comissão de Justi-
ça e Hidrografia. Em discussão o parecer, nada
havendo. Em votação, foi aprovado. Em discussão
só o Veto Parcial Pedrinho pediu para que ha-
vesse uma maior abrangência no que tange
os Vitos do Poder Executivo, principalmente se